



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 2101001/2026/PMTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA
DE ENSINO ONLINE PARA OFERTA
DE CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FEVEREIRO DE 2026, TOMÉ-AÇU/PA

**Prefeitura Municipal de Tomé-Açu/PA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 2101001/2026/PMTA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE ENSINO ONLINE PARA OFERTA DE CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR

1.1. O objeto da presente licitação refere-se à contratação de serviços de disponibilização de plataforma educacional digital para oferta de cursinho preparatório online, compreendendo o fornecimento de acessos aos alunos, conteúdos pedagógicos, aulas, simulados, recursos de acompanhamento e demais funcionalidades previstas no Termo de Referência, conforme demanda da Administração Pública Municipal, não se tratando da contratação de instituição física específica ou de ensino presencial.

1.2. Ressalta-se que a presente contratação se destina exclusivamente ao atendimento das políticas educacionais do Município, voltadas à preparação de estudantes para vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, sendo o serviço prestado integralmente em ambiente digital, cabendo à empresa contratada possuir capacidade técnica e operacional para assegurar a continuidade, qualidade e disponibilidade dos acessos nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Demais esclarecimentos e pormenorizações sobre o escopo deste processo se encontram no Estudo Técnico Preliminar.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE ENSINO ONLINE PARA OFERTA DE CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns de serviços de natureza **SEM CONTINUIDADE**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme lei nº 14.133/2021;

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) ato da publicação do seu extrato, e devem seguir as premissas estabelecidas no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Lei nº 14.133, de 2021;

3.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação da contratação e respectivas particularidades se encontram pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

6. DO ITEM A SER LICITADO:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR MENSAL	TOTAL
1	FORNECIMENTO DE PLATAFORMA ONLINE PARA CURSINHO PRÉ VESTIBULAR.	MÊS	8	R\$ 86.187,50	R\$ 689.500,00

6.1. ESPECIFICAÇÕES DO ITEM:

A PLATAFORMA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ACESSO PARA 1.000 ALUNOS, POR UM PERÍODO DE 8 MESES (MARÇO A NOVEMBRO DE 2026)

- ✓ Videoaulas de todas as disciplinas, disponíveis 24 horas por dia
- ✓ Apostilas digitais teóricas de todas as disciplinas
- ✓ Atividades por assunto, com respostas comentadas
- ✓ Atividades on-line interativas
- ✓ Aulas ao vivo com correção de questões
- ✓ Correção de redação – mínimo de 01 (uma) por aluno/mês
- ✓ Simulados on-line
- ✓ Chat interativo com dicas, orientações e lembretes
- ✓ Relatório de participação dos alunos
- ✓ Relatórios de frequência e desempenho (resumo para usuários e detalhado para a contratante)

6.2. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS:

- ✓ Redação;
- ✓ Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Português, Literatura, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física);
- ✓ Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia); Ciências da Natureza (Biologia, Química, Física) e
- ✓ matemática e suas Tecnologias (Matemática).

7. FORMATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

7.1. A execução do objeto contratado ocorrerá em parcela única, consistindo na disponibilização integral dos acessos à plataforma educacional digital, dos conteúdos pedagógicos e das funcionalidades previstas neste Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido pela Administração para início da prestação do serviço.

7.2. A entrega em parcela única visa assegurar a imediata operacionalização do cursinho preparatório online, permitindo o atendimento simultâneo de todos os alunos previstos, sem prejuízo da continuidade do serviço durante o período contratado.

7.3. Trâmite operacional do processo de divulgação e inscrição:

O trâmite operacional para divulgação e inscrição dos beneficiários do Cursinho Preparatório Municipal na modalidade online dar-se-á conforme as etapas abaixo:

7.3.1.Etapa 1 – Planejamento da divulgação institucional: A Administração definirá previamente o cronograma de divulgação, os materiais informativos e os canais oficiais de comunicação, assegurando padronização das informações e ampla publicidade do programa.

7.3.2.Etapa 2 – Divulgação direcionada nas unidades escolares: Será realizada comunicação institucional nas escolas de Ensino Médio da rede pública, envolvendo direções escolares, coordenações pedagógicas e divulgação junto aos estudantes, por meio de avisos em sala de aula, murais institucionais e materiais informativos.

7.3.3.Etapa 3 – Divulgação ampla à população em geral: A Prefeitura promoverá campanha nos canais oficiais de comunicação, incluindo redes sociais institucionais, publicações digitais e distribuição de cartazes e panfletos em locais estratégicos de grande circulação.

7.3.4.Etapa 4 – Disponibilização do formulário de inscrição digital: Será disponibilizado link de acesso ao formulário eletrônico (Google Forms) em todos os canais de

divulgação, permitindo que os interessados realizem sua inscrição de forma simples, rápida e acessível.

7.3.5.Etapa 5 – Recebimento e consolidação das inscrições: As informações dos inscritos serão automaticamente consolidadas em banco de dados digital, possibilitando organização, controle de vagas e acompanhamento administrativo do processo.

7.3.6.Etapa 6 – Análise e organização dos beneficiários: A Administração procederá à verificação das inscrições, aplicação dos critérios de priorização (quando definidos) e formação da lista de beneficiários, assegurando isonomia e transparência.

7.3.7.Etapa 7 – Divulgação dos resultados e orientações de acesso: Será realizada a divulgação dos inscritos selecionados e o encaminhamento das orientações para acesso à plataforma do cursinho online.

7.3.8.Etapa 8 – Monitoramento e acompanhamento contínuo: Durante a execução do programa, a Administração manterá acompanhamento do quantitativo de alunos ativos, acesso à plataforma e eventuais ajustes necessários.

8. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA.

8.1. A exigência de garantia da proposta encontra amparo no art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo proposta de forma excepcional, porém devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar em seu item 8, diante de fatores concretos que recomendam a adoção de medidas de maior cautela e controle.

8.2. Visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, será realizada a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da soma dos itens que o licitante pretende disputar, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

8.2.1.Caução em dinheiro ou título de dívida pública: Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Tomé-Açu. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. Banco do Brasil Ag 0878-8; C/c 12.142-8

8.2.2.Seguro-garantia: a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.

8.2.3.Fiança bancária: deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

8.3. Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

8.4. A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma do valor dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

8.5. No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

8.6. O comprovante deverá identificar expressamente o número do processo administrativo, o número do pregão/concorrência e o objeto da licitação;

8.7. Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata (**regra válida tanto aos não vencedores como aos vencedores**);

8.8. Em caso de desistência imotivada, não assinatura ou descumprimento das condições da proposta, a Administração poderá executar a garantia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8.9. Informamos que, caso o licitante opte pela modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração não se responsabilizará pela devolução de quaisquer valores em dinheiro.

8.10. **A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.**

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que a prestação dos serviços do cursinho preparatório online atenda integralmente aos padrões de qualidade, continuidade do atendimento, desempenho pedagógico, disponibilidade tecnológica e conformidade legal, indispensáveis ao adequado suporte às políticas públicas educacionais do Município, considerando o caráter essencial do objeto e o volume de atendimentos previstos.

9.1. PRAZO DE ATENDIMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO DOS ACESSOS E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: Os serviços do cursinho online deverão ser disponibilizados sob demanda da Administração, conforme cronograma previamente definido ou solicitações formalizadas, observando-se prazos compatíveis com o planejamento pedagógico e com a necessidade de início tempestivo das atividades educacionais.

9.1.1. A contratada deverá disponibilizar os acessos à plataforma educacional digital no **PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS CORRIDOS**, contado da ordem de serviço ou autorização de início, assegurando que todos os alunos estejam plenamente habilitados ao uso dos recursos contratados.

9.1.2. Eventuais inclusões, substituições ou ajustes de usuários deverão ser atendidos em prazos razoáveis, de modo a garantir a continuidade do serviço sem prejuízo aos estudantes.

9.2. DISPONIBILIDADE DA PLATAFORMA, ATENDIMENTO AO USUÁRIO E SUPORTE TÉCNICO: A plataforma educacional deverá possuir funcionamento contínuo, com elevado

índice de disponibilidade, permitindo acesso regular aos conteúdos, aulas, simulados, atividades e recursos pedagógicos.

9.2.1. Deverá ser garantido atendimento ao usuário por meio de canais de suporte técnico e pedagógico, aptos a solucionar falhas de acesso, instabilidades do sistema e dúvidas operacionais, dentro de prazos compatíveis com a natureza do serviço.

9.3. QUALIDADE, CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS: Os serviços ofertados deverão atender aos padrões mínimos de qualidade compatíveis com o objeto contratado, assegurando:

- ✓ conteúdos atualizados e alinhados aos principais vestibulares e ao ENEM;
- ✓ estrutura pedagógica organizada e de fácil navegação;
- ✓ recursos tecnológicos estáveis e seguros;
- ✓ acompanhamento adequado do desempenho dos alunos.

9.3.1. A contratada deverá observar, quando aplicável:

- ✓ normas de proteção de dados e segurança da informação;
- ✓ boas práticas de tecnologia educacional;
- ✓ conformidade com as condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

9.3.2. Serão considerados inadequados e passíveis de rejeição os serviços que apresentem:

- ✓ instabilidade recorrente da plataforma;
- ✓ descumprimento das funcionalidades contratadas;
- ✓ baixa qualidade pedagógica;
- ✓ falhas que comprometam o acesso ou a aprendizagem.

9.4. RESPONSABILIDADE OPERACIONAL, TECNOLÓGICA E PEDAGÓGICA: A contratada será integralmente responsável pela gestão da plataforma, disponibilização dos conteúdos, suporte aos usuários e correção de eventuais falhas durante a execução do contrato, incluindo:

- ✓ regularidade do acesso aos sistemas;
- ✓ manutenção dos conteúdos contratados;
- ✓ solução tempestiva de problemas técnicos;
- ✓ garantia de continuidade do serviço.

9.4.1. Toda a responsabilidade pela adequada execução do objeto será da contratada, independentemente de utilização de sistemas próprios ou ferramentas tecnológicas de terceiros.

9.5. CONFORMIDADE LEGAL E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS: A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mantendo durante toda a vigência da contratação:

- ✓ regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;
- ✓ responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto;
- ✓ observância integral das condições pactuadas quanto à qualidade e desempenho do serviço.

10. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO.

10.1. Fica vedada a subcontratação da execução principal dos serviços do cursinho preparatório online, admitindo-se apenas a utilização de plataformas tecnológicas próprias ou ferramentas de apoio, desde que sob responsabilidade integral da contratada, conforme previsto no instrumento convocatório.

Tal vedação tem por finalidade:

- ✓ assegurar o controle da qualidade pedagógica e tecnológica do serviço;
- ✓ garantir a responsabilização direta da contratada pela execução do objeto;
- ✓ mitigar riscos de interrupção do acesso, falhas técnicas ou descumprimento das funcionalidades contratadas;
- ✓ preservar a eficiência e a segurança da contratação.

10.2. A manutenção da responsabilidade integral da contratada contribui para a previsibilidade operacional, continuidade do atendimento aos alunos e adequada execução contratual, considerando o caráter essencial do serviço educacional ofertado.

11. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

11.1. CORREÇÃO DE NÃO CONFORMIDADES NA PLATAFORMA OU NOS SERVIÇOS PRESTADOS: Na hipótese de os serviços disponibilizados apresentarem não conformidade com as condições contratadas, tais como falhas de acesso à plataforma, instabilidade do sistema, indisponibilidade de conteúdo, descumprimento das funcionalidades

previstas, baixa qualidade pedagógica ou qualquer situação que comprometa a adequada utilização pelos alunos, a contratada deverá promover a imediata correção da irregularidade.

11.1.1. Quando não for possível a correção imediata, a contratada deverá adotar soluções alternativas eficazes, sem ônus adicional para a Administração, que assegurem a continuidade do acesso e da prestação do serviço em padrão igual ou superior ao contratado.

11.1.2. A regularização deverá ocorrer no menor prazo possível, preferencialmente de forma imediata, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.2. RESPONSABILIDADE OPERACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: A contratada será integralmente responsável pela gestão das correções necessárias, incluindo todos os custos operacionais, tecnológicos e administrativos envolvidos, tais como:

- ✓ restabelecimento de acessos e funcionalidades da plataforma;
- ✓ suporte técnico aos usuários;
- ✓ comunicação com a Administração e com os alunos;
- ✓ garantia da continuidade do serviço educacional.

11.2.1. Toda e qualquer medida adotada deverá preservar o regular andamento das atividades pedagógicas, não podendo gerar prejuízo à Administração.

CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E DA PLATAFORMA DIGITAL:

11.2.2. Os serviços ofertados deverão:

- ✓ manter funcionamento estável e contínuo;
- ✓ disponibilizar integralmente os conteúdos e recursos contratados;
- ✓ assegurar qualidade pedagógica compatível com as especificações do Termo de Referência;
- ✓ garantir segurança da informação e proteção dos dados dos usuários.

11.2.3. Serão considerados inadequados os serviços que apresentem:

- ✓ instabilidade recorrente da plataforma;
- ✓ descumprimento das funcionalidades contratadas;
- ✓ falhas pedagógicas relevantes;
- ✓ interrupções que comprometam o aprendizado.

11.3. GESTÃO OPERACIONAL E ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A contratada deverá:

- ✓ responsabilizar-se pela gestão dos acessos e suporte aos alunos;
- ✓ solucionar tempestivamente quaisquer intercorrências técnicas ou operacionais;
- ✓ manter canais de atendimento acessíveis à Administração e aos usuários;
- ✓ garantir acompanhamento contínuo da execução do serviço.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. FISCALIZAÇÃO:

- 13.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

- 13.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 13.3.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 13.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 13.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 13.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 13.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

- 13.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 13.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

- 13.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 13.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 13.12.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 13.13.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 13.14.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 13.15.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 13.16.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. CRITÉRIOS DE MEDICÃO E DE PAGAMENTO

- 14.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da disponibilização dos acessos à plataforma educacional digital e início da prestação do cursinho preparatório online, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

- 14.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 14.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 14.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 14.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

- 14.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 14.7.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 14.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 14.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 14.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 14.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 14.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.16.** O SETOR FINANCEIRO terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da **CONTRATADA**, em consequência de penalidades aplicadas

Prazo de pagamento:

- 14.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

- 14.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento:

- 14.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 14.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 14.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

- 15.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

- 16.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 16.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 16.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 16.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 16.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 16.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 16.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 16.8. Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar documento de identificação (com foto) de seus sócios e de seu representante legal, em conformidade com os registros constantes no contrato social ou documentos equivalentes.**
- 16.9. Na hipótese de a empresa ser representada por procurador, será obrigatória a apresentação do respectivo instrumento de procuração, devidamente assinado pelo representante legal da sociedade, acompanhado de cópia do documento oficial de identificação tanto do outorgante quanto do outorgado.**

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 16.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, atualizada no ano de 2025;

- 16.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 16.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 16.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 16.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 16.15.** Prova de regularidade com a **Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 16.16.** Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos** Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira:

A empresa deverá apresentar:

- 16.17.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 16.17.1.** Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.
- 16.17.2.** Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

16.18. Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

16.19. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

16.19.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício: Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.

16.19.2. Nota explicativa: A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço

16.19.3. Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;

16.19.4. DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

16.19.5. Certificado de Habilitação Profissional – CHP (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

16.19.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

16.19.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

16.19.8. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;

16.19.9. No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;

A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;

Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**), e Solvência Geral (**SG**) superiores ou igual a 1 (um);

Os índices serão calculados da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão

Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

Índice de Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PC + EX. LG}$$

PRAZO

Os valores
indicadores são:

$LG \geq 1,0$

$LC \geq 1,0$

$SG \geq 1,0$

mínimos para tais

Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

a. Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;

b. Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado [art. 1.179](#), Lei [10.406/02](#) e [art. 177](#) da Lei nº [6.404/76](#);

c. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Resolução CFC nº 1.637/2021

Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.

§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (....)

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

DECLARAÇÕES FINANCEIRAS POR MEIO DO SPED:

Obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU) no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- a. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo SPED;
- b. Balanço Patrimonial impresso em modo SPED;
- c. Declaração de capacidade financeira impresso em modo SPED ou modelo Anexo XII, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- d. Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo SPED;
- e. Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo SPED;
- f. Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo SPED;
- g. Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo SPED;
- h. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- i. Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do [Patrimônio Líquido](#) (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;

A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- 1) Os saldos no início do período;
- 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
- 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
- 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- 5) A redução de capital;
- 6) As destinações do lucro líquido do período;
- 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- 8) O resultado líquido do período;
- 9) As compensações de prejuízos;
- 10) Os lucros distribuídos;
- 11) Os saldos no final do período.

Documentações complementares:

- 16.20.** Será exigida a entrega da declaração de conformidade unificada, cujo modelo acompanha este documento no anexo 1.
- 16.21.** Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será exigida a apresentação da declaração de enquadramento, conforme modelo do anexo 2.

Qualificação Técnica:

- 16.22.** Será exigido a comprovação de aptidão para prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 16.23.** A empresa contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, comprovação de quitação da apólice de seguro vigente, compatível com as atividades desempenhadas.
- 16.24.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o item descrito neste processo.

CONSOLIDAÇÃO DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

16.24.1. NATUREZA DOS ATESTADOS:

- ✓ PLATAFORMA ONLINE DE ENSINO

16.24.2. FORMATO DE COMPROVAÇÃO:

- a. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, demonstrando que já atendeu, de forma satisfatória, quantitativo equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do volume da presente contratação (1000 alunos).
- b. O(s) atestado(s) deverá(ão) evidenciar a execução regular dos serviços, com indicação do período de prestação, quantidade atendida e declaração de desempenho satisfatório, de modo a comprovar a aptidão técnica da empresa para a execução do objeto em escala compatível com o vulto da contratação.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

17. PROPOSTA READEQUADA

- 17.1.** Após declarada, empresas vencedoras deverão apresentar suas Propostas readequadas;

17.2. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

17.3. A proposta deve estar devidamente assinada com validação digital;

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 689.500,00 (SEISCENTOS E OITENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS REAIS)**, conforme custos unitários apostos e conforme pesquisa de preços, as quais constam nos autos deste processo.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. O empenhamento prévio das despesas, decorrentes da contratação dos serviços constantes do objeto supramencionado, correrão à conta da(s) dotação(es) orçamentária(s) disponíveis na LOA/2026, conforme demonstrada(as) abaixo:

UNIDADE GESTORA	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOMÉ-AÇU
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Educação de Tomé-Açu
Func. Programática	12 362 0003 2.066 Manutenção das Atividades do Ensino Médio
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica
Subelemento:	3.3.90.39.65 Serviços de apoio ao ensino
Fonte de Recurso	15001001 Receita de imposto e transf. - Educação

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:

20.1.1. Prestar os serviços nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos; qualquer despesa inerente ao Processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;

20.1.2. Repor todas as perdas por não conformidade; a contratada deverá substituir, em qualquer época, o serviço, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado ou qualquer não conformidade, mediante a apresentação do serviço defeituoso ou proceder o ressarcimento do mesmo, não acarretando ônus para a CONTRATANTE; o prazo para a referida substituição deverá ser de 8 (oito) dias corridos, contados da solicitação feita pela Administração;

20.1.3. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas

mínimas e máximas, empilhamento e umidade; os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da notificação à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

20.1.4. Apresentar carta de compromisso, se responsabilizando pela troca do item, caso o mesmo não possua as exigências deste processo, na tabela dos itens, deste Termo de Referência;

20.1.5. Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas ao seu conhecimento pela CONTRATANTE;

20.1.6. Prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São deveres da Contratante:

- 21.1.** Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações;
- 21.2.** Rejeitar os serviços que não atendam às especificações deste Termo de Referência;
- 21.3.** Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) / Fatura (s) da contratada, observando, ainda, as condições estabelecidas no edital de licitação;
- 21.4.** Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas no referido serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 21.5.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;
- 21.6.** Efetuar o pagamento no prazo previsto, em até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos produtos efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos, devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da Ordem de Serviço emitida.

22. MODELOS DE DECLARAÇÕES EXIGIDOS

Para participação no presente certame, será obrigatória a apresentação das seguintes declarações, conforme disposições legais aplicáveis e diretrizes do Município de Tomé-Açu:

- 22.1. Declaração de Conformidade Unificada** – documento pelo qual a licitante atesta o cumprimento das condições legais, ausência de fatos impeditivos, responsabilidade pelas informações prestadas, atendimento às normas trabalhistas, reserva de cargos, proibições constitucionais e demais requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.
- 22.2. Declaração de Enquadramento como ME/EPP** – documento destinado às empresas que pretendam usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, devendo declarar seu porte e enquadramento fiscal, bem como a veracidade das informações prestadas.
- 22.3. Declaração de conformidade técnica da plataforma** - atestando que o ambiente virtual atende integralmente às especificações do termo de referência, encontra-se em pleno funcionamento e possui capacidade operacional para atender o quantitativo estimado de usuários;
- 22.4. Declaração de atendimento pedagógico** - assegurando que os conteúdos ofertados estão alinhados ao ENEM e aos principais vestibulares, contemplando todas as disciplinas exigidas;
- 22.5. Declaração de conformidade com a lei geral de proteção de dados – LGPD** - garantindo o tratamento adequado, seguro e legal dos dados pessoais dos estudantes e usuários da plataforma;
- 22.6. Declaração de capacidade técnica operacional** - comprovando que a empresa possui estrutura tecnológica, equipe de suporte e condições de execução compatíveis com o objeto contratado;
- 22.7. Declaração de disponibilidade e continuidade do serviço** - assegurando acesso contínuo à plataforma durante o período do curso, bem como suporte técnico adequado aos usuários.

Os modelos oficiais das declarações se encontram anexados ao presente Termo de Referência, devendo ser utilizados obrigatoriamente pelas licitantes, devidamente preenchidos e assinados por seu representante legal.

23. DAS PROIBIÇÕES

- 23.1.** É proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato firmado, contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal do Órgão Gerenciador e órgãos participantes deste processo;

- 23.2. A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da Compra, salvo se houver prévia autorização da Administração do Órgão Gerenciador deste processo;

24. DOS ANEXOS

- 24.1. ANEXO I – MODELOS DE DECLARAÇÕES EXIGIDAS NO ITEM 24 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
- 24.2. ANEXO II – DA NÃO APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ME E EPP LOCAIS E REGIONAIS

Tomé-Açu/PA, dia 03 de fevereiro de 2026

Elaborado por:

Maria Eduarda Martins da Silva
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA SILVA
Assessoria em Licitações e Contratos

Ciente e aprovo:

LUCIENE PANCIERI DONADIA NARUSE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I – MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado,

discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Tomé-Açu/PA, __ de ____ de 2025

Representante legal
CPF n° ____

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- I- Está regularmente enquadrada como [Microempresa/Empresa de Pequeno Porte], nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- II- No último ano-calendário encerrado, sua receita bruta foi compatível com os limites legais de enquadramento;
- III- No ano-calendário da realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para Empresa de Pequeno Porte (R\$ 4.800.000,00), se estiver nesse enquadramento;
- IV- Está ciente de que a falsidade desta declaração sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente.

A presente declaração é firmada para que produza todos os efeitos legais, atestando a veracidade das informações aqui prestadas, sujeitando-se a empresa às sanções cabíveis em caso de falsidade.

Tomé-Açu/PA, ____ de _____ de 2025

Representante legal
CPF nº _____

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para os devidos fins, que a plataforma de ensino online ofertada encontra-se em pleno funcionamento, atende integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do processo de contratação, possuindo estabilidade, segurança e capacidade operacional para atendimento do quantitativo estimado de usuários.

Declara, ainda, que dispõe de todos os recursos tecnológicos necessários à adequada execução dos serviços contratados.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE PEDAGÓGICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que os conteúdos pedagógicos disponibilizados na plataforma de ensino online estão alinhados às diretrizes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e aos principais vestibulares, contemplando todas as disciplinas exigidas no Termo de Referência.

Declara, ainda, que os materiais didáticos são atualizados, adequados ao público-alvo e compatíveis com os objetivos educacionais do programa municipal.

Local e data: _____

Assinatura _____ do _____ representante _____ legal

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que realiza o tratamento de dados pessoais dos usuários da plataforma de ensino online em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas de segurança para proteção das informações.

Compromete-se, ainda, a não compartilhar dados sem autorização legal e a utilizá-los exclusivamente para fins de execução do contrato.

Local e data: _____

Assinatura _____ do _____ representante _____ legal

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara possuir estrutura tecnológica, equipe técnica qualificada e suporte operacional suficientes para a execução dos serviços de plataforma de ensino online, atendendo integralmente às exigências do Termo de Referência.

Declara, ainda, que possui capacidade para atendimento do quantitativo estimado de alunos previsto na contratação.

Local e data: _____

Assinatura _____ do _____ representante _____ legal

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E CONTINUIDADE DO SERVIÇO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que garantirá o acesso contínuo à plataforma de ensino online durante todo o período de execução contratual, assegurando funcionamento regular do sistema, bem como suporte técnico e pedagógico aos usuários.

Compromete-se a manter os níveis mínimos de qualidade e disponibilidade previstos no Termo de Referência.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

ANEXO II - DA NÃO APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ME E EPP LOCAIS E REGIONAIS

A presente contratação não adotará o benefício de margem de preferência de 10% (dez por cento) destinado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP locais ou regionais, considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal.

O serviço será prestado integralmente de forma remota, por meio de ambiente virtual de aprendizagem, não havendo fornecimento físico de bens, deslocamento logístico, transporte, instalação local ou qualquer fator operacional que justifique tratamento diferenciado em razão de localização geográfica do fornecedor.

Nesse contexto, a competitividade do certame se dá em âmbito amplo, com empresas especializadas de diferentes regiões aptas a prestar o serviço em igualdade de condições técnicas e operacionais, inexistindo vantagem econômica, logística ou funcional vinculada à atuação local.

A aplicação da margem de preferência, neste caso, não se mostra adequada nem proporcional, uma vez que não contribui para ganhos de eficiência, redução de custos logísticos ou melhoria da execução contratual, podendo, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do procedimento.

Dessa forma, a contratação observará tratamento isonômico entre os licitantes, sem adoção de margem de preferência local, em consonância com os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A presente contratação não adotará a exclusividade de participação para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, bem como os limites legais estabelecidos para tal benefício.

Nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas, a exclusividade de itens para ME e EPP é admitida apenas para contratações cujo valor estimado não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item, o que não se compatibiliza com o valor global estimado da presente contratação, dada a abrangência do serviço, o quantitativo de alunos atendidos e o período de execução do programa educacional.

Além disso, o objeto apresenta natureza integrada e tecnológica, não sendo tecnicamente recomendável seu fracionamento para fins de enquadramento em item exclusivo, sob pena de comprometer a funcionalidade da solução educacional, a eficiência da execução contratual e a gestão do serviço.

Dessa forma, a não adoção de item exclusivo revela-se juridicamente adequada, tecnicamente fundamentada e alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública